

DO QUE FALAM OS ENUNCIADOS UNIVERSAIS? [What do universal statements speak about?]

Sérgio Ricardo SCHULTZ

Doutor em Filosofia pela PUC-RIO
Professor de Filosofia na Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA).
E-mail: sergiorschultz@gmail.com

Resumo

Chateaubriand, tanto nos dois volumes de Logical Forms quanto em artigos posteriores, defende que enunciados universais sejam entendidos como predicacões. Partindo disto, podemos nos perguntar o que estes enunciados predicam e, também, acerca do que eles predicam. É esta segunda questão que abordamos aqui, desenvolvendo certos aspectos da resposta de Chateaubriand segundo a qual enunciados universais falam acerca de propriedades. Para tanto, em uma primeira seção, esclarecemos em que sentido falamos de sujeito e predicado e colocamos a pergunta por aquilo do qual falam enunciados universais. Em uma segunda seção, argumentamos que, mesmo admitindo que alguns deles pressuponham a existência de objetos, estes não podem ser entendidos como sendo o sujeito de tais enunciados. Nossa conclusão é que enunciados universais falam acerca de propriedades.

Palavras-chave

Predicação; Enunciados universais; Chateaubriand.

Abstract

Chateaubriand defends in the two vols. of Logical Forms, as well as in later writings, that universal statements should be understood as predications. Taking this as our starting point, we can ask ourselves what these do predicate and also about what do they predicate. It is this second question that we deal with here, developing certain aspects of Chateaubriand's answer that universal statements talk about properties. To achieve this, we will elucidate the meaning we attribute when we talk about subjects and predicates and also pose the question about what universal statements speak. In a second part we argument that, even though admitting that some may presuppose the existence of objects, they can't be understood as the subjects of such statements. Our conclusion is that universal statements speak about properties.

Keywords

Predication; Universal statements; Chateaubriand.



Assim como enunciados singulares afirmam algo acerca de algo, o mesmo ocorre com enunciados generalizados. Por exemplo, podemos dizer que “todos os corvos são negros” fala, sobre corvos, que eles são negros. Desta forma, enunciados universais seriam analisados em termos de algo que é predicado acerca de algo e, neste sentido, bem como enunciados singulares, também seriam predicacões. Esta é, em linhas gerais, a tese de Chateaubriand de que todo enunciado, em particular os quantificados, possuem a forma sujeito e predicado: todo enunciado afirma algo sobre algo, aquilo que o enunciado afirma sobre uma determinada entidade, é seu predicado, aquilo do qual fala o enunciado é seu sujeito¹. É em termos da distinção de Chateaubriand que colocaremos a questão sobre o sujeito de enunciados universais. Além disto, assumimos, com Chateaubriand, uma ontologia platonista de objetos, propriedades, relações e conjuntos.²

Na medida em que enunciados universais são entendidos como predicacões, surge o problema sobre o que estes enunciados predicam e, também, acerca do que eles predicam. Em outras palavras, podemos perguntar qual é o predicado e também qual é o sujeito de enunciados universais. É esta segunda questão que abordaremos aqui, defendendo e desenvolvendo a resposta dada por Chateaubriand, segundo a qual enunciados universais são predicacões acerca de propriedades, resposta esta que não chega a ser desenvolvida em sua obra. Para tanto, em uma primeira seção, por um lado, esclarecemos em que sentido falamos de sujeito e predicado; por outro lado, esclarecemos em que sentido estamos perguntando por aquilo do qual falam enunciados gerais. Em uma segunda seção, argumentamos que, mesmo admitindo que alguns enunciados universais pressuponham a existência de objetos, estes não podem ser entendidos como falando sobre objetos.

1. A ideia de que todo enunciado fala algo sobre algo, como afirmamos, nos permite analisá-los em termos de sujeito, isto é, aquilo sobre o qual o enunciado diz algo, e predicado, aquilo que é dito sobre o sujeito. Assim, ao aceitar que toda sentença fala algo

¹ Veja CHATEAUBRIAND 2001, p. 64 – 65 e 93ss e, também, 2007, pp. 199-205. Uma exposição e desenvolvimento desta distinção acrescentando ideias de TUGENDHAT 1976 encontra-se em SCHULTZ 2010, Cap. 2.

² Este tipo de ontologia é desenvolvida extensamente em CHATEAUBRIAND 2001 e também em SCHULTZ 2010.



sobre algo assumimos que, diante de todo enunciado *S*, tem sentido perguntar “do que fala *S*?” – que é a pergunta pelo sujeito – e “o que *S* fala sobre aquela entidade (sobre o sujeito)?”, que é a pergunta pelo predicado. O predicado, como o entendemos aqui, é aquela parte da sentença que possui a função de caracterizar a entidade ou as entidades às quais ele é aplicado. Caracterizar uma entidade pode ser entendido como dizer como ela é ou como se relaciona com outras entidades. A expressão sujeito, por sua vez, possui a função de identificar a entidade ou as entidades sobre as quais predicamos algo. Dessa forma, a expressão sujeito de um enunciado não está sendo usada para caracterizar algo – para dizer *como* as coisas são – mas sim para dizer *acerca de quais* coisas estamos falando algo. “Dizer acerca de quais coisas estamos falando” significa, neste contexto, identificar aquelas entidades sobre as quais estamos dizendo algo de tal modo que, quem compreende do que estamos falando, é capaz de saber quando um outro enunciado fala sobre *a mesma* coisa ou não. Subjazendo a isto, está a tese segundo a qual compreender uma predicação *S* envolve possuir um critério que permite determinar, dada qualquer outra predicação *S**, se *S* e *S** falam acerca da mesma coisa ou não.³

A distinção entre sujeito e predicado como a formulamos pode ser entendida como uma generalização ou reinterpretação da distinção entre predicado e termo singular, como formulada por Tugendhat, combinada com a análise sujeito/predicado defendida por Chateaubriand⁴. Aplicada a um enunciado atômico como “João é alto”, podemos analisá-lo como dizendo de João que ele é alto e, assim, tendo João por sujeito e “... é alto” por predicado. Podemos também analisar aquela sentença como afirmando de João e da propriedade *ser alto* que um instancia o outro. Outra possibilidade é analisar o enunciado como sendo uma predicação acerca apenas da propriedade *ser alto*, tendo, portanto, “João é...” como predicado. Este tipo de análise – proposta por Chateaubriand – possui um óbvio caráter contextual: podemos usar a oração “João é alto” para falar, sobre João, que ele é alto, como normalmente fazemos, mas também podemos usá-la para dizer, sobre a propriedade *ser alto* e sobre João, que João instancia *ser alto*. Qual é o sujeito e qual é o



³ Esta formulação do tema segue a concepção de Tugendhat sobre o que significa compreender um termo singular. Sobre isto, veja Tugendhat 1976, lições 21 e 23.

⁴ A distinção de Tugendhat é desenvolvida em 1976 e, de maneira resumida, em TUGENDHAT e WOLF 1984, cap. 6 e 7. Sobre a distinção de Chateaubriand, veja CHATEAUBRIAND 2001, p. 93ss e 2007, pp. 199-203. Esta última distinção é exposta em SCHULTZ 2010, cap. 2.

predicado depende de como usamos a sentença, de se a usamos para falar de João ou da propriedade.

Embora seja um lugar comum afirmar que a lógica contemporânea tenha mostrado que sentenças generalizadas não possuem a forma sujeito-predicado, intuitivamente, enunciados universais parecem ser usados para afirmar algo sobre algo. Assim, Chateaubriand defende que, por exemplo, o enunciado

(1) “todos os corvos são negros”

pode ser usado para dizer algo sobre corvos, sobre a relação entre a corvos e a propriedade *ser negro* ou sobre a cor simplesmente. Neste último caso, alguém pode estar falando sobre as cores e como elas são encontradas na natureza, que certos tons são mais raros e que outros são relativamente comuns. Então, para ilustrar como é comum encontrar objetos de cor negra na natureza, esta pessoa afirma que todos os corvos são negros. Novamente, o enunciado pode ser analisado de várias formas diferentes, dependendo de como é usado.

Qual é o sujeito e qual é o predicado de um enunciado, tanto no caso de enunciados singulares quanto no caso de enunciados universais, depende de como usamos a sentença: se a usamos para falar desta ou daquela entidade. Neste sentido, o sujeito de uma sentença *S* é aquilo que responde à pergunta “do que estamos falando?”, realizada no contexto de um uso particular da sentença, enquanto que o predicado é aquilo que responde à pergunta “o que falamos acerca do sujeito?”, também feita com referência a aquele uso particular da sentença.

Contudo, uma resposta como

(2) o enunciado “todos os corvos são negros”, naquele contexto, fala sobre corvos ainda deixa em aberto sobre o que exatamente estamos falando quando afirmamos (1). O problema é que, assim como não é claro se a palavra “corvos” em (1) se refere à propriedade *ser um corvo* ou aos corvos individuais, também não é claro se a segunda ocorrência da palavra “corvos” em (2) se refere à propriedade ou aos objetos individuais ou ao conjunto de todos os corvos.

Devemos distinguir, aqui, entre dois sentidos nos quais podemos falar sobre o problema do sujeito de um enunciado. Em um sentido, a pergunta pelo sujeito de “todos os



corvos são negros” é a pergunta sobre qual parte desta sentença está sendo usada para dizer do que estamos falando⁵. Entendendo o problema desta forma, ao afirmar (2) fornecemos de fato uma resposta inequívoca para a pergunta sobre o sujeito do enunciado, pois quem compreende esta resposta compreende que, seja qual for o sujeito, esta entidade é aquela identificada por meio da palavra “corvos”.

Em outro sentido, o problema sobre qual é o sujeito de um enunciado diz respeito a qual entidade é o sujeito, e não simplesmente a qual expressão linguística está sendo usada para identifica-lo. No caso do enunciado (1), uma parte da resposta para a pergunta sobre seu sujeito consiste em afirmar que esta sentença fala sobre corvos. Contudo, ainda podemos nos perguntar em que sentido este enunciado fala sobre corvos. Ao afirmar, sobre corvos, que estes são negros estamos dizendo algo sobre os objetos que são corvos, sobre a propriedade *ser um corvo* ou sobre o conjunto de todos os corvos? Cada uma destas opções representa em opção de resposta para a pergunta “qual é o sujeito de (1)?”, e é neste sentido que colocamos aqui o problema sobre qual é o sujeito de um enunciado universal.

Podemos pensar em três alternativas de resposta para a questão proposta. Uma delas encontramos, por exemplo, em Cartwright, a saber: um enunciado do tipo “todo F é G ” fala sobre os objetos que instanciam a propriedade F .⁶ A segunda alternativa, que é defendida por Goodman, e, em certa medida, se faz presente na interpretação usual da lógica em termos conjuntistas, afirma que enunciados universais falam sobre as extensões dos predicados, isto é, sobre conjuntos⁷. Além disto, na medida em que assumimos uma postura platonista, podemos considerar também que enunciados universais falam sobre propriedades. Esta última opção é defendida por Frege e, também, é aquela proposta por Chateaubriand⁸. O que faremos a seguir é tentar defender a resposta de Chateaubriand considerando as outras alternativas disponíveis para o sujeito de enunciados universais.



⁵ Pode muito bem ocorrer, porém, que nenhuma parte da sentença cumpra a função de identificar aquilo do qual estamos falando. Por exemplo, podemos usar a sentença “está fazendo sol” para falar sobre a cidade de Sobral, e, portanto, ser uma predicação acerca daquela cidade, ainda que nenhuma parte daquela sentença se refira a ela.

⁶ Cf. CARTWRIGHT 1960, pp. 634-635. Esta mesma posição também aparece implicitamente em CARTWRIGHT 1994, onde se afirma: to speak of everything, as I shall speak of it, is to assert a proposition that can be expressed in a quantified sentence of a first-order language the variables of which ranges over everything there is. That we can thus speak of everything seems plainly true” (p. 1).

⁷ Cf. GOODMAN 1961, p. 7.

⁸ Cf. CHATEAUBRIAND 2007, p. 199-205.

2. O primeiro problema com o qual nos defrontamos ao tentar responder esta questão é que, da mesma forma que alguns enunciados universais parecem, ao menos de um ponto de vista intuitivo, falar sobre objetos, outros parecem mais bem falar sobre propriedades. Por exemplo, enunciados como “todos os corvos são aves” ou “todos os corvos são negros”, quando os usamos para falar sobre corvos, pareceriam falar não sobre corvos individuais mas sim sobre a *espécie* dos corvos. Assim, quando afirmamos, sobre corvos, que corvos são negros, não estaríamos dizendo que este, aquele e aquele outro objeto, que são corvos, são negros. Antes, estaríamos fornecendo uma informação sobre a espécie dos corvos, i. e., sobre a propriedade *ser um corvo*.

Além disso, alguns enunciados da forma “todo *F* é *G*” seriam verdadeiros (ou falsos) mesmo não existindo objetos que sejam *F*. Um exemplo particularmente interessante é fornecido por Simpson em *Formas Lógicas, Realidad y Significado*. O exemplo em questão é a primeira lei de Newton:

- (3) “todo corpo que não sofre a ação de forças externas ou permanece em repouso ou em movimento retilíneo uniforme”.

Como argumenta Simpson, a verdade deste enunciado não pressupõe a existência de corpos que não sofrem a ação de forças externas. Aliás, segue argumentando Simpson, sabemos, através da física, que não existem corpos que não sofrem a ação de forças externas⁹.

Se o enunciado falasse sobre objetos que são corpos e que não sofrem a ação de forças externas, então o simples fato de não existirem corpos em repouso absoluto já a tornaria falsa ou, ao menos, desprovida de verdade. O ponto é que, se “todo *F* é *G*” é uma predicação sobre objetos que são *F*, então o enunciado somente é verdadeiro se os objetos que são *F*, todos eles, instanciam a propriedade *G*, e é falso se e somente se algum destes objetos não instancia *G*. Portanto, se não existem objetos que são *F*, então a expressão sujeito “*F*” não denotaria e, conseqüentemente, o enunciado não é verdadeiro. Está

⁹ Cf. SIMPSON 1975, p. 138-139. Devemos notar que Simpson discute este exemplo no contexto do debate acerca da validade da regra aristotélica de subalternação, e não no contexto da discussão sobre qual é o sujeito de enunciados universais.



implícito aqui que, se um enunciado fala sobre a ou as entidades x , y , z , etc., então a existência destas entidades é um pressuposto para sua verdade.

O que torna este exemplo particularmente interessante é que, da mesma forma que, claramente, o fato de não existirem corpos inertes não impede que o enunciado seja considerado verdadeiro, também é claro que o enunciado não pode ser considerado verdadeiro *apenas em virtude* de não existirem tais objetos, o que ocorreria se o entendêssemos como falando de conjuntos. O enunciado (3), se verdadeiro, é uma lei física, portanto, ele não poderia ser verdadeiro simplesmente por não existirem corpos inertes. Assim, o enunciado também não falaria sobre o conjunto dos corpos que não sofrem ação de forças externas. Se (3) falasse sobre tal conjunto – que o conjunto é subordinado ao conjunto dos corpos que permanecem em repouso ou em movimento retilíneo uniforme – então o enunciado seria trivialmente verdadeiro, o que não é o caso. Podemos concluir então que (3) fala sobre propriedades e não sobre objetos ou conjuntos.

Pode ser objetado que o exemplo original de Simpson é problemático dado que a primeira lei de Newton não é válida em certos contextos. O que é relevante aqui, porém, é que do fato de não existirem corpos inertes não se segue que o enunciado não é verdadeiro, como seria o caso se falasse de objetos, e também não se segue que ele é verdadeiro, como seria o caso se falasse sobre conjuntos. O mesmo ocorre também com enunciados como os abaixo:

(4) “todos os corvos gigantes são pássaros”

(5) “todos os corvos gigantes são mamíferos”.¹⁰

O fato de não existir corvos gigantes não torna nem (4) nem (5) desprovidos de valor de verdade. Aliás, (4) pareceria ser verdadeiro simplesmente porque corvos são pássaros, não importando se sofrem de gigantismo ou não. Por outro lado, (5) seria mais bem ser falso, pois corvos são aves e os predicados “ x é uma ave” e “ x é um mamífero” são incompatíveis. Em outras palavras, (5) seria uma *contradictio in adjecto*.

¹⁰ Com a expressão “corvo gigante” não nos referimos a uma suposta sub-espécie de corvos que se distingue por ser muito maior que os corvos das demais sub-espécies, mas sim nos referimos simplesmente a corvos pertencentes a sub-espécies já conhecidas que são significativamente maiores do que os demais membros de sua sub-espécie.



Se (4) e (5) falassem sobre objetos, então ambos seriam desprovidos de valor de verdade, e se falassem sobre conjuntos, ambos seriam verdadeiros. Se assumimos que estes enunciados falam sobre propriedades, então podemos afirmar que a propriedade *ser um corvo gigante* é tal que é subordinada à propriedade *ser um pássaro* e também é tal que não é subordinada a *ser mamífero*, independentemente de existirem ou não objetos que sejam corvos gigantes. (3) – (5) seriam enunciados intensionais de subordinação entre propriedades, com o primeiro sendo verdadeiro e o segundo, falso. Sendo assim, a verdade/falsidade de enunciados como (3) – (5) dependeria unicamente das condições de instanciação das propriedades envolvidas e não dos objetos que as instanciam.

O problema é que, como observa Simpson, bem como existem exemplos de enunciados da forma “todo *F* é *G*” que não pressupõe a existência de objetos que são *F* também existem exemplos, sim, pressupõe a existência de *Fs*. Um caso mencionado por Simpson, e que possui sua origem em Strawson, é o enunciado (6) abaixo:

(6) “todos os filhos de Perez estão dormindo”.¹¹

Intuitivamente, este enunciado seria verdadeiro no caso dos filhos de Perez estarem dormindo e seria falso no caso deles estarem fazendo alguma outra coisa que não seja dormir. Contudo, no caso de Perez não possuir filhos, alguém que afirmasse (6) não estaria dizendo algo verdadeiro mas também não diria nada falso. Antes, tal pessoa apenas estaria errada a respeito do fato de Perez ter filhos. Que existam filhos de Perez é um pressuposto para a verdade e falsidade de (6) assim como a existência de Sócrates é um pressuposto de “Sócrates é sábio”. Pareceria razoável, então, defender que o enunciado “todos os filhos de Perez estão dormindo” é – ou ao menos pode ser – usado para falar algo sobre os objetos que instanciam a propriedade *ser filho de Pérez*, e não sobre a propriedade.

Na medida em que um enunciado da forma “todo *F* é *G*” pressupõe, tanto para sua verdade quanto para a sua falsidade, a existência de objetos que sejam *F*, ele de fato não falaria sobre o conjunto dos *F*. Se o enunciado falasse sobre conjuntos, então o fato de não existirem *Fs* o tornaria verdadeiro, o que não é o caso: a inexistência de *Fs* torna o enunciado desprovido de valor de verdade. Mais importante, porém, é que, dada a pressuposição de existência de objetos, podemos nos questionar se tal enunciado não fala,



¹¹ Cf. SIMPSON, *loc. cit.*, Strawson examina este exemplo em 1952, pp. 178ss (cap. VII).

afinal, sobre objetos. Pareceria que, como afirma Cartwright, embora não mencionem nenhum objeto em particular, estes enunciados envolvem uma referência plural a coisas que são F e, como tais, pressupõem a possibilidade de referência singular a algum destes objetos. Em outras palavras, a verdade de “todo F é G ”, quando usado para falar sobre os objetos, pressuporia a existência de enunciados da forma “ Fa ”, onde “ a ” é um termo singular qualquer, que sejam verdadeiros acerca do objeto denotado por “ a ”.¹² Sendo assim, da mesma forma que, como defende Chateaubriand, um enunciado da forma “o F é G ” pode ser usado tanto para falar sobre a propriedade *ser o (único) F* quanto para falar sobre o objeto que é o único F , enunciados da forma “todo F é G ” poderiam ser usados para falar tanto sobre propriedades quanto sobre objetos que instanciam as propriedades.¹³

O problema é que não podemos concluir, do fato de um enunciado da forma “todo F é G ” pressupor a existência de objetos que são F , que a sentença fala sobre tais objetos. No caso de enunciados da forma “o F é G ”, é razoável aceitar que, em alguns casos, o sujeito é o objeto identificado pela descrição definida porque descrições definidas podem ser usadas para identificar objetos individuais. Porém, no caso de “todo F é G ”, assumir que estamos falando dos objetos que são F envolve assumir que, de algum modo, a expressão “todo F ” ou “ F ” se refere a todos os objetos que são F , ainda que não identifique nenhum deles individualmente. Podemos nos perguntar, então, em que sentido é possível afirmar que nos referimos a objetos ainda que esta referência não envolva a referência individual a cada um dos objetos.

Não é difícil encontrar um sentido no qual “todo F é G ” se refere aos objetos que são F . Por exemplo, se entendemos as condições de verdade do enunciado universal em termos objetuais – é verdade que “todo F é G ” se e somente se todo objeto que é F também é G – então podemos afirmar que “todo F é G ” nos remete a objetos que são F e, neste sentido, que a sentença se refere aqueles objetos. Nesta acepção, referir-se a algo e falar sobre algo são coisas distintas, pois “todo F é G ” se referiria a todos os objetos independentemente de como usamos o enunciado.

Falar sobre todos os objetos que são F envolve algo mais forte do que simplesmente a referência, em sentido amplo, aos objetos. Antes, falar sobre certos objetos envolve, como



¹² Cf. CARTWRIGHT 1960, pp. 634-635.

¹³ Sobre isto, veja. CHATEAUBRIAND 2001, cap. 3 e 2002.

afirmamos anteriormente¹⁴, identificar ou denotar estes objetos, pois não estamos falando sobre quaisquer objetos, mas sim falamos sobre *aqueles objetos que são F*. Portanto, se não sabemos quais objetos de fato são *Fs*, então não sabemos acerca do que estamos falando quando afirmamos, sobre eles, que todos são *Gs*. No caso de não sabermos se *a*, *b*, *c*, etc., são *Fs* ou não, também não sabemos se o enunciado “todo *F* é *G*” fala sobre estes objetos ou não. Ao usar “todo *F* é *G*” para falar sobre os objetos pressupomos não somente a possibilidade de referência singular a *algum* destes objetos, mas sim pressupomos a possibilidade de referência singular a *cada um* deles. Em outras palavras, pressupomos que para cada objeto que seja *F*, existe um enunciado verdadeiro que afirma, sobre este objeto, que ele é *F*.

Agora, se o enunciado “todo *F* é *G*” de fato fala sobre os objetos que são *F*, então ele fala sobre *aqueles* objetos que são *F*. Suponhamos, então, que *a*, *b* e *c* sejam os únicos objetos que instanciam a propriedade *F*. Ao falar, sobre eles, que todos são *G*, estaríamos afirmando o mesmo que (5) abaixo:

(5) *a* é *G* e *b* é *G* e *c* são *G*.

As duas afirmações seriam, então, equivalentes no sentido no qual ambas afirmam a mesma coisa acerca das mesmas entidades. Contudo, (5) ainda não nos diz o mesmo que “todo *F* é *G*”, mesmo em uma situação na qual, de fato, *a*, *b* e *c* são os únicos *Gs*. Tudo o que o enunciado (5) nos diz é que *a*, *b* e *c* são *Gs*, ele não nos diz que *a*, *b* e *c* são *todos* os objetos que são *F* e que, portanto, todo *F* é *G*, sem exceção.

Como argumenta Russell, enunciados universais não podem ser entendidos em termos de uma conjunção, seja ela finita ou infinita. A verdade de uma sentença universal não se segue apenas da verdade de suas instâncias, mas demanda também que estas sejam *todas* as suas instâncias, i. e., que os objetos mencionados sejam *todos* os objetos¹⁵. Este aspecto do quantificador universal é ilustrado pelo primeiro teorema de incompletude de Gödel, de acordo com o qual pode-se definir um predicado numérico “*F_n*” tal que não podemos provar “ $\forall n F_n$ ”, embora “*F_n*” seja demonstrável para *cada* (ou *qualquer*) número *n*.



¹⁴ Veja p. 3 acima.

¹⁵ Cf. RUSSELL 1908, §2 e 1918, pp. 235-236.

Além disso, se “todo F é G ” fala sobre aqueles objetos que são F então, como afirmamos anteriormente, este enunciado pressupõe a possibilidade de identificar individualmente cada um dos objetos que são F . Em uma situação na qual os únicos objetos que são F são os objetos a , b e c , se “todo F é G ” fala sobre os objetos que são F , então ele fala sobre a , b e c . Portanto, o enunciado pressuporia a existência de a , b e c , que são os objetos acerca dos quais o enunciado fala.

Agora, mesmo admitindo que alguns enunciados universais “todo F é G ” pressupõe a existência de objetos que sejam F , certamente não é verdade que eles pressupõem a existência de cada um dos objetos que são F , como se a existência de Donald Trump fosse pressuposta pela verdade de “todo presidente norte-americano é homem”. Isto mais bem seria verdadeiro sobre enunciados plurais como o segundo conjuntivo de (7) abaixo:

(7) “João, Maria e Pedro assistiram ao filme e *todos eles gostaram do que viram*”

O segundo conjuntivo de (7) claramente afirma algo sobre objetos particulares, a saber, João, Maria e Pedro. Justamente por isto, ele pressupõe a existência de cada um destes objetos e é equivalente à conjunção (8):

(8) “João assistiu ao filme e gostou do que viu, e Maria assistiu ao filme e gostou do que viu, e Pedro assistiu ao filme e gostou do que viu”.

Temos, assim, uma boa razão para negar que o segundo conjuntivo de (7) acima seja de fato um enunciado universal. Antes, ele é um enunciado plural distributivo que, como tal, deve ser nitidamente distinguido de enunciados universais.

Enunciados universais que pressupõe a existência de objetos são melhor entendidos como expressando relações de subordinação entre propriedades que se dão em virtude dos objetos que as instanciam. Deste modo, o enunciado abaixo é verdadeiro:

(9) “Todos os corvos americanos são negros”.

Contudo, (9) é verdadeiro não porque as condições de instanciação da propriedade *ser um corvo americano* são tais que ela é subordinada à propriedade *ser negro*, mas sim porque os objetos que instanciam esta propriedade são tais que ela é subordinada a *ser negro*. Consequentemente, se a propriedade *ser um corvo americano* não fosse instanciada, então não seria o caso que, em virtude de suas instâncias, a propriedade é subordinada a *ser*



negro, e também não seria o caso que, em virtude de suas instâncias, a propriedade não é subordinada. Assim, embora (9) afirme algo sobre a propriedade *ser um corvo americano* e não sobre os objetos que são corvos americanos, ele pressupõe a existência de tais objetos.

Enunciados universais deste tipo, então, são enunciados de subordinação extensional entre propriedades. Por um lado, enunciados universais extensionais se distinguem de enunciados universais analíticos na medida em que pressupõe a existência de objetos. Por outro lado, universais extensionais se distinguem de enunciados plurais distributivos na medida em que não são equivalentes a conjunções de enunciados singulares, como é o caso com enunciados plurais. Sejam intencionais ou extensionais, porém, enunciados universais falam sobre propriedades, assumindo, claro, que elas existem.

Considerações Finais

Quando nos perguntamos, aqui, sobre qual é o sujeito de um enunciado universal estamos inquirindo acerca de qual (ou quais) entidade(s) falam este tipo de enunciados. Consideramos três opções, que falam sobre objetos, sobre conjuntos ou que falam sobre propriedades. Alguns enunciados pareceriam, de fato, falar sobre propriedades, a saber, aqueles enunciados da forma “todo F é G ” que não pressupõe a existência de objetos que sejam F s. Nosso problema é que, do mesmo modo que temos enunciados que falam sobre propriedades, temos também enunciados da forma “todo F é G ” que pressupõe a existência de objetos e que, por isto, pareceriam falar sobre objetos.

Argumentamos que, se um enunciado fala sobre os objetos que são F , então temos boas razões para afirmar que não se trata de um enunciado universal. Em primeiro lugar, a verdade de um enunciado universal não pode ser reduzida à verdade de enunciados particulares, e tudo o que conjunções contínuas de enunciados particulares podem nos dizer é que tais e tais objetos possuem uma certa propriedade, enquanto que um enunciado universal nos diz mais do que isto. Em segundo lugar, ao assumir que “todo F é G ” fala



sobre os objetos que são F , assumimos que este enunciado pressupõe a existência não de algum F , mas sim de todos os objetos que são F .

Havíamos sugerido acima que enunciados da forma “todo F é G ”, de modo semelhante ao que ocorre com enunciados contendo descrições definidas, poderiam ser interpretado como falando sobre objetos ou como falando sobre propriedades. No final das contas, acreditamos que é este mesmo o caso. Porém, isto não significa que enunciados universais possam falar sobre todos os objetos com uma determinada propriedade. Quando usamos um enunciado da forma “todo F é G ” para falar sobre os objetos que são F , não estamos fazendo um enunciado universal, mas sim um enunciado plural distributivo. Desse modo, se “todo F é G ” é de fato um enunciado universal, então ele fala sobre propriedades, seja expressando uma relação intencional, seja expressando uma relação extensional de subordinação, no sentido de uma relação que se dá em virtude dos objetos que instanciam a propriedade. Somente quando um enunciado da forma “todo F é G ” expressa uma relação de subordinação entre propriedades é que estamos, de fato, diante de um enunciado universal.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTWRIGHT, Richard. Negative Existentials. **Journal of Philosophy**, vol. 57, no. 20/21, 1960, pp. 629-639.

CHATEAUBRIAND, Oswaldo. **Logical Forms**. Part I. Truth and Description. Campinas: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência / UNICAMP. (Coleção CLE, 34), 2001.

_____. Descriptions: Frege and Russell Combined. **Synthese** 130 (2), 2002, p. 213-226.

_____. The Truth of Thoughts: variation on Fregean themes. **Grazer Philosophische Studien** 75 (2007), pp. 199–215.

GOODMAN, Nelson. About. **Mind, New Series**, Vol. 70, No. 277, 1961, pp. 1-24.

RUSSELL, Bertrand. (1908) Mathematical Logic as based on the Theory of Types, In: VAN HEIJENOORT, J.: (ed) (1967) **From Frege to Gödel: A Source Book in Mathematical Logic**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1967., pp. 150-182.

_____. (1918) Philosophy of Logical Atomism”. In: RUSSELL, B. **Logic and Knowledge, Essays 1901 – 1950**. (ed) R. C. Marsh. London: Allen and Unwin, 1956, pp. 177 – 282.

SCHULTZ, Sérgio. R. **Propriedade, Propriedade Negada e Negação Predicativa: aspectos lógico-ontológicos da negação**. Tese de Doutorado (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.

SIMPSON, Tomás. Moro. (1975) **Formas Lógicas, Realidad y Significado**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1975.

STRAWSON, Peter. F. **Introduction to Logical Theory**. Methuen and Co. Ltd: London, 1952.

TUGENDHAT, Ernst. (1976) **Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem**. Ijuí: Editora UNIJUI. 2006.

TUGENDHAT, Ernst e WOLF, Ursula. (1983) **Propedêutica Lógico-Semântica**. Petrópolis: Editora Vozes. 1997.



SCHULTZ, Sérgio Ricardo. DO QUE FALAM OS ENUNCIADOS UNIVERSAIS?. Kalagatos, Fortaleza, Vol.16, N.1, 2019, p. 78-91.



Recebido: 03/2019

Aprovado: 04/2019